

PARA PENSAR O BRASIL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE FLORESTAN FERNANDES*

Thiago Marques Mandarinó **

Introdução

Ao lançar mão do materialismo histórico e do método marxiano, Caio Prado Jr. (1959) faz uma elevação do concreto real ao concreto pensado, mediado pela abstração e formação de categorias necessárias para a apreensão da realidade em constante transformação. E através da interação dessas categorias e especificidades é possível se ter uma idéia da totalidade, não como soma das partes, mas como interação dialética entre as mesmas.

Dito de outra forma, o autor escapa do idealismo que permeia aqueles que vislumbram no Brasil e em outros países de passado colonial uma repetição histórica e etapista dos países europeus de capitalismo originário, bastando para isso respeitar o lapso de tempo e liberar qualquer entrave a esse processo.

É importante chamar atenção para este ponto metodológico. Apesar de certas divergências com Caio Prado Jr.¹, Florestan Fernandes também nega a visão da história como destino manifesto e tenta apreender a especificidade da formação do Brasil e de seus problemas. Entende-se aqui por formação a gênese de uma sociedade nacional, que engendra autonomia e maior democracia que em períodos pretéritos, mas que consolidou o Brasil como um capitalismo dependente.

Para Florestan Fernandes o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia (SAMPAIO JR, 1999a: 131).

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no I Seminário de Crítica da Economia Política

** Professor Assistente III do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Membro do Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP). Doutorando pelo IE-UNICAMP. E-mail: tmandarino@hotmail.com.

¹ Florestan Fernandes (2005) percebe certa autonomia e estabilidade na economia dependente brasileira (diferentemente de Caio Prado que a vê como economia reflexa e instável). Além disso, ele foge do economicismo e foca seu olhar na primazia das relações de produção.

Isso porque a revolução burguesa brasileira (atrasada) não consegue conciliar democracia, nacionalismo e autonomia. Diferentemente da revolução burguesa clássica² e da atípica³, a revolução atrasada (século XX) se dá pela associação da burguesia nacional com o imperialismo e contra as classes subalternas. Dessa maneira, apresenta baixo conteúdo de nacionalismo e de democracia. Universaliza-se a ordem social competitiva e consolida-se a internalização das forças produtivas tipicamente capitalistas em todo território nacional⁴, mas o contexto externo e interno sob o qual se desenrola, faz com que a revolução burguesa atrasada (a reboque de uma burguesia articulada com o imperialismo) restrinja a conciliação entre transformações capitalistas e integração nacional.

Em outras palavras, é a revolução burguesa atrasada que consolidou o Brasil como um capitalismo dependente e o processo de revolução torna-se, na verdade, um processo permanente de contra-revolução, mantendo assim as estruturas em que se apóiam a burguesia nacional para sua relativa autonomia. Assim, a dualidade existente no Brasil (setor atrasado e setor moderno), a superexploração da força de trabalho e a dilapidação do meio ambiente não são vistos como um resíduo do passado colonial em processo (ou plena viabilidade) de superação, mas como algo funcional no processo de acumulação. Isto é, não é uma revolução que quebra o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da dependência, e sim reforça esses laços (SAMPAIO JR, 1999b:427-36).

Em suma, o autor busca compreender o modo brasileiro de participação no padrão dessa civilização e as razões da persistência da articulação orgânica entre os setores atrasado e moderno, sem tratar o atraso como resíduo do passado colonial desprovido de funcionalidade no processo de acumulação⁵.

Isto porque ao capitalismo não é intrínseco um único padrão de desenvolvimento. No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista é compatível com a dominação imperialista externa, com a exclusão, com dinamismos débeis e falta de industrialização autônoma. Ou seja, dependência e subdesenvolvimento não foram simplesmente impostos de fora, mas fazem parte de uma estratégia

² Como é o caso da França e de outros países, cujas revoluções se deram na virada do século XVIII para o XIX e, grosso modo, pela associação da burguesia com o campesinato e as massas urbanas contra a nobreza. Essas revoluções clássicas têm alto conteúdo democrático e nacional.

³ A exemplo da Alemanha (século XIX), que se dá pela associação da burguesia com os camponeses e o proletariado contra a nobreza, num primeiro momento e, quando o proletariado começa a dar a dinâmica, a burguesia se alia com a nobreza. Nesse caso, há alto teor de nacionalismo e baixo teor democrático.

⁴ Pressupõe, assim, a existência de um processo de mercantilização bastante desenvolvido, a independência nacional, a consolidação de um Estado nacional baseado no direito positivo e a generalização do trabalho livre.

⁵ Pois para estas teses, o subdesenvolvimento poderia ser superado pela simples intensificação do processo de acumulação.

específica de desenvolvimento (FERNANDES, 1976: 222-223). Compreender esse processo a partir da contribuição teórica de Florestan Fernandes permite pensar o Brasil histórica e atualmente, em que se vislumbra cotidianamente a permanência dos traços do subdesenvolvimento e da dependência, o aprofundamento das expressões da “questão social” e os limites do papel civilizatório do capitalismo, principalmente para os países periféricos. Além disso reforça a tese do autor, datada de praticamente meio século atrás, acerca da inviabilidade de pensar a constituição do Brasil enquanto Nação (com vigor de democracia, autonomia, nacionalismo e maior equidade social) nos marcos do capitalismo.

Desenvolvimento capitalista e Brasil Colônia

De acordo com Marx (1984:261):

(...) A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’, precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida.

A essa acumulação originária ou, a esse processo de acumulação que vai dar origem ao modo capitalista de produção, Marx chama de Acumulação Primitiva de Capital. E primitiva não apenas por ser a originária (primeira), mas também pela violência que a caracteriza. O processo de acumulação primitiva tem, dentre um de seus pilares, o Sistema Colonial.

Assim, tanto a descoberta quanto a colonização do Brasil e de outros países latino americanos não são frutos de acidentes de percurso nas rotas marítimas, mas de uma política deliberada dos estados nacionais absolutistas e sua expansão ultramarina (MOTA & NOVAIS, 1986) na busca por enriquecimento (acúmulo de metais amoeáveis).

Assim, é possível dizer que:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. (...) (PRADO JR, 1977: 22).

Sendo o descobrimento do Brasil parte de um processo mais amplo (acumulação primitiva de capital), certamente o processo de colonização atenderá

o requisito de constituir fator de enriquecimento e desenvolvimento econômico da Metrópole. Assim, as forças produtivas e as relações de produção aqui “construídas” serão influenciadas por esse desígnio, bem como, o “sentido” de nossa história dali em diante e o processo de Formação.

A colonização aparece então como desdobramento da expansão puramente comercial, em que se passava da comercialização de bens produzidos nas sociedades estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de uma sociedade nova. Ultrapassava-se a circulação de mercadorias e promovia-se a implementação de economias complementares, através de extensa legislação ultramarina das potências colonizadoras e das vinculações político-administrativas envolvidas (NOVAIS, 1995).

Essa era a base do Antigo Sistema Colonial, que tinha no exclusivo metropolitano o seu mecanismo por excelência de acumulação de capitais mercantis na Metrópole⁶. É só através da elucidação desse momento histórico (muito resumidamente esboçado até aqui) que se compreende o latifúndio como unidade produtiva, a monocultura e o trabalho compulsório (escravo) que constituíram a economia e sociedade brasileiras enquanto colônia, e que deixarão marcas indeléveis na mesma.

Evidencia-se então, sumariamente, as razões que levaram à constituição das extensas lavouras canavieiras voltadas à exportação e a polarização da sociedade brasileira em senhores de engenho e escravos nos princípios da colonização brasileira. Tal estrutura tinha efeito dinâmico sobre a organização e o desenvolvimento da economia metropolitana (e por consequência outras economias européias), que caminhava para assentar-se sobre móveis tipicamente capitalistas. Essa relação da colônia com a metrópole, todavia, não fez com que os móveis capitalistas fossem absorvidos de maneira positiva internamente.

(...)... graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos exportados (mesmo a Metrópole não participava das principais fases desse circuito, que se desenrolavam fora de Portugal), as funções econômicas do senhor de engenho quase equivaliam, no âmbito do referido circuito, às dos administradores e beneficiários das feitorias. Assim, as influências dinâmicas que o capitalismo comercial poderia exercer, em outras condições, sobre a organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e simplesmente neutralizadas (FERNANDES, 2005: 39-40).

Contrariamente, os móveis capitalistas absorvidos internamente foram antes negativos e regressivos que estimulantes e positivos. Isso em virtude de três

⁶ No caso da metrópole portuguesa as vantagens advindas dessa acumulação via exclusivo metropolitano com a colônia brasileira eram transferidas para fora do Reino. As razões disso e do pioneirismo inglês na Revolução Industrial são conexas. Pontua-se aqui o conhecimento desse fato, mas foge ao escopo deste trabalho o detalhamento do mesmo.

fatores. Primeiramente em decorrência da própria natureza do sistema colonial, que fazia com que a parte da renda gerada pelo processo de produção na colônia que ficava nas mãos do agente interno fosse muito pequena, se comparada à absorvida de fora. Em segundo lugar, o típico senhor de engenho era ao mesmo tempo agente humano da conquista e agente portencialmente econômico e, dada a grandeza de sua *aventura* e *audácia*, tornava-se um autêntico soldado da fortuna que via nas plantações canavieiras uma “mina de ouro”. Finalmente, não se pode ignorar que o sistema colonial fôra organizado legal, política, fiscal e financeiramente com fins de drenar as riquezas aqui produzidas em direção à Metrópole, limitando grandemente o fluxo interno de renda.

Desses fatores resultava que apesar do constante incremento da produção colonial, a mesma se dava horizontalmente (pois as principais fases dos processos econômicos não se desenrolavam na colônia), e o produtor não era inserido num processo de capitalização, mas sim se tornava um “rentista”, ou melhor, um agente remunerado pela parcela da apropriação colonial não absorvida pela Metrópole. Além disso, sendo fechada em si mesma e produzindo tanto para exportação quanto a própria subsistência, a grande lavoura ficava inerte a estímulos dinâmicos e a circuitos de reinvestimento com tendências autonômicas e capitalistas consistentes.

Esses fatos possuem importância evidente. Acima de tudo porque indicam que a formação da mentalidade econômica, do principal agente econômico interno estava sujeita a uma distorção inevitável. Sob muitos aspectos, ele era compelido a definir-se mais como parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora (pois era através delas que se definiam e se manifestavam os centros de decisão) que em termos de situações internas de interesses econômicos, sociais e políticos. (...) Aceitando sua incorporação direta ou indireta à rede de existência e de operações das agências políticas e econômicas externas, ele aceitava ao mesmo tempo a posição de “parceiro nas colônias” (pouco importando o caráter dos motivos que facilitavam ou impunham essa identificação: lealdade ao soberano ou à Coroa, interesse pessoal, impossibilidade de agir de outro modo etc.). Em outras palavras, aceitava uma especialização no nível da economia internacional da época que o convertia no principal elemento humano da preservação, fortalecimento e expansão do próprio sistema colonial como e enquanto sistema colonial (FERNANDES, 2005: 42-43).

É por essa posição marginal no processo de mercantilização, bem como, por se apropriar de uma parte (ainda que pequena) do que era produzido via sistema colonial, reforçando-o e mantendo suas estruturas, que Florestan Fernandes dissocia o senhor de engenho do burguês e a aristocracia agrária da burguesia. Não se trata de negar a existência do burguês e da burguesia no Brasil, mas vê-los como entidades surgidas tardiamente e com curso evolutivo distinto do europeu. Para ele o burguês no Brasil deve ser buscado na figura do agente artesanal

especializado e do negociante, isto é, de entidades especializadas surgidas no bojo do sistema colonial, mas sufocadas pelo próprio estatuto colonial e pela grande lavoura escravista.

Levando-se em consideração a necessidade de gerar riquezas para a Metrópole e o que historicamente ocorreu, pode-se dizer que a grande lavoura era economicamente viável, pois gerava um imenso excedente. Todavia, o mesmo era apropriado em grande medida externamente e apenas uma pequena parte aqui dentro, mesmo assim, de maneira concentrada e voltada mais para sustentar padrões ostentatórios de consumo dos senhores de engenho que para reinversão produtiva e mudanças das forças produtivas. Ademais, o regime escravista e a produção da subsistência dentro das próprias unidades produtivas agravava esse quadro, amortecendo os impactos dinâmicos de crises e oscilações, além de inviabilizar tanto o fluxo interno de renda quanto o alargamento qualitativo das atividades econômicas. Por fim, a renda gerada era “utilizada” para financiar na Europa (mormente Inglaterra) o processo de acumulação primitiva de capital que engendraria a Revolução Industrial e a plena constituição do modo capitalista de produção.

É importante ressaltar esse ponto, pois constitui-se um dos pilares da argumentação de Florestan Fernandes, qual seja: a estagnação econômica observada na Colônia não advinha dos empreendimentos aqui estabelecidos e da incapacidade dos mesmos em gerar excedente, mas sim de como esse excedente era distribuído e utilizado em virtude do estatuto colonial.

Essa constatação é de sumária importância analítica para Florestan, pois vislumbra-se a formação do capitalismo no Brasil em novas bases. Dito de outra forma, o que demarcava o Brasil colônia não era a inexistência de móveis capitalistas, do “espírito capitalista” ou de uma atividade econômica que gerasse excedente, mas sim como estes eram “deformados” em virtude do estatuto colonial.

Sob esse enfoque, com o rompimento do estatuto colonial os ímpetus capitalistas poderiam expandir-se juntamente com a criação de um Estado Nacional. Ainda, tal expansão poderia ocorrer exatamente na grande lavoura, sem que a mesma necessitasse de alterações em sua organização interna. Isso faz com que Florestan não ignore a importância do processo de Independência do Brasil como uma primeira grande revolução social⁷. Pelo contrário:

A INDEPENDÊNCIA, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se

⁷ A Independência vista como um processo que tem marco fundamental com a vinda da Corte em 1808, bem como, a importância da mesma enquanto “revolução”, pela supressão do estatuto colonial, formação de um Estado Nacional e internalização dos centros de decisão, salvaguardada a especificidade brasileira em relação aos países de capitalismo originário devido ao passado colonial e ao momento histórico em que se desenrola de Independência, é compartilhada, em grande medida, por outros autores: MOTA & NOVAIS, 1986; PRADO JR, 1989; DONGHI, 2011.

operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da “era colonial”; como ponto de referência para a época da “sociedade nacional”, que com ela se inaugura (FERNANDES, 2005: 49).

A semelhança (ou quase igualdade) da ordem social vigente após a Independência e a inexistência de grande mobilização de massas para a luta política faz com que alguns autores não vejam qualquer importância significativa no rompimento do estatuto colonial para a colônia. Todavia, esses aspectos podem ser explicados por duas razões: o contexto internacional mais amplo; os interesses das elites “nativas”.

Quanto à primeira, a Independência do Brasil não pode ser vista desvinculadamente da totalidade, ou seja, do que ocorria internacionalmente. Assim como o descobrimento e a colonização se desenrolaram ligados à expansão do comércio europeu e à constituição do Antigo Sistema Colonial, essenciais para processo de Acumulação Primitiva de Capital, a Independência se liga ao sucesso desse mesmo processo. Logrado o processo de Acumulação Primitiva foi possível ao capital, através da Revolução Industrial, engendrar seu movimento de acumulação em escala ampliada ou, dar início à sua “Lei Geral”.⁸ Em outras palavras, com a Revolução Industrial e a mecanização da produção há a necessidade de generalização das relações mercantis em escala internacional, comprometendo o sistema colonial.

Portanto, o sistema colonial mercantilista promove a primitiva acumulação de capital pela camada empresarial e amplia o mercado de produtos manufaturados. Cria assim os pré-requisitos para a Revolução Industrial, isto é, ao funcionar plenamente a dinâmica do sistema colonial cria as condições de sua crise e superação (NOVAIS, 1995). A superação do sistema colonial apresentava-se assim ao Brasil naquele momento como uma “necessidade histórica”, o que pode ser evidenciado pela pressão inglesa apoiada na ideologia liberal para supressão de vários dos pilares do sistema, como o tráfico negreiro, o escravismo e o exclusivo metropolitano. Aliado a isso, tem-se a vinda da Corte para a Colônia a fim de escapar das guerras napoleônicas, o que inaugura a necessária abertura dos portos e compromete, desde já e sem grandes movimentos de massas, a típica relação Colônia x Metrópole.

No tocante à segunda razão, Florestan chama atenção que as elites nativas

⁸ Referindo-se aqui à Lei Geral da Acumulação Capitalista, desenvolvida por Marx (1984) no capítulo XXIII do Livro I e que demonstra, consistentemente, como há no regime do capital uma tendência de produção em escala sempre ampliada, de expansão internacional do capital, bem como de acumulação, concentração e centralização do mesmo. Ainda, a contradição que esse processo engendra, mas que também é sua base de sustentação: a ampliação da miséria a uma parcela crescente da população (superpopulação relativa) e a constituição e permanência funcionais de um Exército Industrial de Reserva.

não se contrapunham à estrutura da sociedade colonial em si, mas sim aos limites econômicos, sociais e políticos à plena capacidade de dominação delas em todos os níveis da ordem social impostos pelo estatuto colonial. Por isso foi possível a essas elites nativas revolucionar as estruturas do poder político para internalizar os centros de poder e controlar os círculos sociais, sem negar a ordem social típica da sociedade colonial.

A partir dessas duas razões pode-se perceber como foi possível que a Independência do Brasil se desse sem a necessidade de grandes movimentos de massas, bem como a explicação da opção por um reformismo liberalizante através de uma monarquia constitucional⁹. Além disso, vislumbra-se porque a Independência punha lado a lado um elemento revolucionário (ansioso por despojar a ordem social colonial e seus caracteres heteronômicos) e um elemento conservador (querendo preservar uma ordem social que não tinha condições de fazer florescer uma nação). Isso faz com que Florestan perceba a Independência como revolução social para a criação do Estado nacional, mas também seus limites e particularidades¹⁰.

Isto é, o elemento revolucionário era o elemento dinâmico para a organização do Estado nacional, apoiado em grande medida na ideologia e utopia liberal, que mesmo absorvida de forma específica no Brasil e inócua no nível da dominação patrimonialista, converteu-se em condição para formação e consolidação da sociedade nacional¹¹.

Ao período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise estrutural irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), Florestan dá o nome de fase de eclosão do mercado capitalista moderno. Segundo o autor, essa seria a primeira fase no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira, à qual se seguiria a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (meados

⁹ Não se quer negar aqui a existência de alguns movimentos sociais de resistência ao estatuto colonial, nem as mortes decorrentes dos mesmos, como a Inconfidência Mineira e a Balaiada, mas apenas chamar atenção que tais movimentos não se generalizaram tão amplamente a ponto de dar origem no Brasil ao que MOTA & NOVAIS (1986) chamam de revolução republicanista (como ocorreu no caso dos EUA) nem de um revolucionarismo emancipacionista (com forte resistência, como é exemplo o Haiti).

¹⁰ MOTA & NOVAIS (1986) também compartilham a ideia do caráter ambíguo e contraditório da Independência: liberal para romper com a Metrópole, mas também conservador para manter a escravidão e o senhoriado. Ou seja, uma revolução (pois rompe com o domínio colonial e altera a estrutura do poder político) e liberal (mas dentro de certos limites). O mesmo ocorre com seu caráter nacional e nacionalista, que foi circunscrito à ideia de nação dos proprietários.

¹¹ O liberalismo não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das formas que trabalhavam por seu sepultamento, já que a manutenção do status quo antes colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em fator da preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhorias, isso se dá acima, independentemente e contra as “idéias” e os “princípios” liberais (FERNANDES, 2005: 66).

do século XIX até anos 50 do século XX) e a fase de irrupção do capitalismo monopolista (que se consolida com “revolução de 1964”). É nessa primeira fase que se encontra, portanto, a Independência do Brasil, a constituição de um Estado nacional¹², a internalização do fluxo de renda e os fundamentos necessários para a fase posterior.

Assim, com a Independência, nação e Estado tornam-se meios de burocratização da dominação patrimonialista e sua transformação em estamental. Mescla-se domínio e nação. Configura-se uma situação nacional que contrasta com a colonial anterior: os segmentos de expressão histórica identificam seus interesses com riqueza, independência e prosperidade da Nação.

Independência, internalização do fluxo de renda e desenvolvimento capitalista brasileiro

De maneira bastante breve pode-se resumir o que fôra apresentado até o presente momento da seguinte forma: o Brasil, enquanto colônia, surge inserido no Mercantilismo e no Antigo Sistema Colonial, que se apoiava no exclusivo metropolitano para drenar até a Europa o excedente gerado aqui e dar dinâmica ao processo de Acumulação Primitiva de Capital. Tendo sido bem sucedido esse processo entra em contradição, após a Revolução Industrial, com o seu próprio fruto: o capitalismo plenamente constituído. Tal fato, ideologicamente respaldado pelo liberalismo, força os processos de Independência das várias colônias da América, dentre as quais o Brasil. Todavia, o resultado dos processos de Independência dos vários países das Américas não é dado de forma igualitária, pois a maneira como é absorvido o liberalismo¹³ e a constituição dos Estados nacionais se dão diversamente. No caso brasileiro o resultado foi a monarquia constitucional, um Estado nacional que burocratizou a dominação senhorial no nível político e

¹² Para Florestan (2005: 75): (...). Graças e através da Independência, nação e Estado nacional independente passaram a ser “meios” para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estamental típica. Por conseguinte, eles também eram “condições” e “meios”: 1º) para resguardar as estruturas coloniais em que se fundavam, econômica, social e moralmente, as formas tradicionais de dominação patrimonialista; 2º) para privilegiar, politicamente, o prestígio social dos estamentos senhoriais, fator essencial da burocratização da dominação patrimonialista e de sua transformação em dominação estamental propriamente dita.(...)

¹³ Florestan (2005: 90) deixa clara sua posição quanto ao caráter do liberalismo no Brasil, que era formalmente liberal, mas ao mesmo tempo instrumento de dominação patrimonialista no nível político: “As conclusões da discussão sobre as polarizações e as funções sociais do liberalismo indicam o que pensamos desse dilema. Ele não possui razão de ser. Os dois aspectos se somam, como parte dos dois momentos a que nos referimos acima. Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. (...) Assim, a impossibilidade de romper frontalmente com o passado e de optar claramente por um certo futuro é que impôs o Estado-amálgama.

a convivência entre o “velho” e o “novo”, pois mesmo o “senhor rural” tendo passado a agir como agente econômico independente e os móveis capitalistas tendo ganhado maior respaldo, a preservação das velhas estruturas coloniais ainda dava fundamento à geração de excedentes. No entanto, tornava-se possível agora identificar os mecanismos centrais da vida econômica com interesses internos, isto é, “configura-se uma *situação nacional* que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a *situação colonial* anterior.” (FERNANDES, 2005: 80).

Assim, há aqui um ponto de inflexão essencial. A convivência entre “velho” e “novo” não tira da Independência do Brasil seu caráter liberal, nacional e revolucionário, mas torna-os distintos, sem mudanças reais na organização da produção e com limites a mudanças na concentração social da renda. Mesmo assim, paralelamente às transformações do horizonte cultural das camadas senhoriais houve transformações ainda mais rápidas na esfera econômica. Enquanto colônia, o Brasil gerava excedente que era externamente apropriado em sua maior parte, e o que ficava internalizado era muito mais utilizado para fins de sustentação de um padrão ostentório de consumo de uma minoria. Com a Independência podem ser mais bem exploradas as potencialidades econômicas da grande lavoura. Ela liberta-se dos grilhões impostos pelo estatuto colonial e organiza-se como força econômica, levando à reorganização (internalização) do fluxo de renda e abrindo novas possibilidades de distribuição e uso desse excedente, de alterações nas forças produtivas e nas relações de produção.

Ao deixar de ser canalizada normalmente pra fora a renda forçou: 1º) a diferenciação dos papéis econômicos internamente e; 2º) contribuiu para modificar a composição do sistema econômico. O primeiro aspecto está ligado à internalização das várias fases de comercialização do produto, o que ampliou qualitativamente e quantitativamente a participação do país no comércio voltado para exportação e fez evoluir o sistema de crédito¹⁴. Já o segundo aspecto vincula-se aos efeitos do crescimento da circulação, principalmente nos centros urbanos e na Corte.

Tais transformações influenciaram a vida econômica do país após a Independência. Primeiramente, ao liberar e dinamizar o que antes era bastante sufocado pelo estatuto colonial e já fôra mencionado anteriormente: os móveis capitalistas do comportamento econômico (o que expandiu o comércio, as importações e a produção artesanal e manufatura internas). Em segundo lugar, essa nova organização da economia interna como economia de mercado aumentou o número de consumidores, seus padrões de exigência e, conseqüentemente, intensificou a especialização econômica (incluiu assim a economia de subsistência no mercado interno e contribuiu para uma maior integração econômica regional).

¹⁴ Ao referido fator devem-se acrescentar certos efeitos dinâmicos da constituição de um Estado nacional independente. Este impôs às camadas estamentais novos tipos de contato e de comunicação, novos padrões de mobilidade horizontal e, mesmo, algumas transformações em seu estilo de vida (FERNANDES, 2005: 85).

Finalmente, o comércio vai cada vez mais se tornando um pólo dinâmico das atividades econômicas, ainda que em segundo plano com relação à grande lavoura.

Essa nova dimensão nas relações econômicas e a internalização do fluxo de renda, decorrente de um Estado nacional independente, levam à emergência gradual da política econômica como meio dos estamentos senhoriais adaptarem-se às transformações da ordem interna e das estruturas do poder externas. Isso pode ser evidenciado através de três manifestações, segundo Florestan. Em primeiro lugar, o elemento competitivo passou a vigorar nas relações econômicas dos senhores rurais com outros agentes e entre si, convertendo-os cada vez mais em agentes de transações comerciais. Em segundo lugar, muitos deles ainda viam na agricultura a real fonte de riqueza. Finalmente, a tentativa de manter uma melhor posição do senhor rural com relação ao mercado externo. Essas manifestações que se abriram com a internalização do fluxo de renda e, os interesses dos senhores rurais em grantir tanto vantagem na competição interna e externa quanto no fortalecimento da grande agricultura permearam a política econômica, isto é, a relação entre economia e Estado, que se convertia em instrumento de dominação estamental no plano econômico. Mesmo assim, ao lado dessa garantia de privilégios econômicos, podem-se perceber outras consequências da política econômica (FERNANDES, 2005: 230).

Portanto, o fim do estatuto colonial, mesmo revitalizando a grande lavoura como pólo dinâmico da economia interna e os padrões coloniais de organização da produção, vincularam-os estrutural e dinamicamente às tendências de diferenciação e crescimento da economia interna. Ainda assim manteve-se o privilegiamento das camadas senhoriais, que passaram da dominação patrimonialista para a estamental com a burocratização do Estado. Mas para Florestan isso era um “imperativo histórico”, haja vista que a economia do país não possibilitava alterações estruturais súbitas e havia risco de regressão econômica fatal caso se voltasse contra as pressões externas.

(...) o que nos resta é reconhecer, objetivamente, que os “senhores rurais” mantiveram a mentalidade econômica construída sob a economia colonial e que foi graças a ela que lograram êxito no ajustamento de suas atividades práticas e na adaptação do Estado nacional independente à situação econômica com que se defrontaram (FERNANDES, 2005: 98).

Apesar de não afetar a estrutura das plantações, a autonomização política e a burocratização da dominação tiveram efeitos sobre os processos sociais de acumulação estamental de capital. Isso porque o elemento competitivo contribuiu para mudar a mentalidade de uma parcela mais ativa dos senhores rurais e, portanto, a assumirem papéis de “capitalistas” e “proprietários”. Ademais, esse incipente processo de acumulação estamental de capital impactou sobre o desenvolvimento interno do capitalismo, mesmo tendo o mesmo se cristalizado e resistido inclusive

à desagregação do trabalho escravo e da ordem social patrimonialista. Em outras palavras, eternizou-se um processo pré-capitalista de acumulação de capital (FERNANDES, 1976: 230-232).

Por isso é que Florestan não vê na esfera econômica, e sim na sociocultural, o grande salto na evolução do capitalismo no Brasil, uma vez que boa parte do crescimento econômico e do desenvolvimento urbano originou-se da autonomização política e das alterações que a mesma impôs nas relações de dependência econômica.

Caíam nessa categoria: as atividades de crédito, financiamento ou do comércio, que foram internalizadas em consequência da extinção do estatuto colonial (e que eram controladas de fora, através dos agentes ou prepostos que os importadores dos “produtos tropicais” instalavam no país); a expansão do comércio, especialmente do dito “alto comércio”, em larga parte nas mãos de firmas estrangeiras ou de seus prepostos nacionais e portugueses; os serviços públicos, que se organizavam em função do interesse ou da participação dos capitais e das técnicas estrangeiras (FERNANDES, 2005: 101).

A expansão de uma economia de mercado diferenciada, com a integração da economia de subsistência ao mercado interno, o desenvolvimento urbano, a especialização econômica e a mentalidade competitiva, que se fortaleceram com a autonomização política, quebraram o isolamento da grande lavoura e a integraram com a economia interna. Juntamente com a internalização decorrente do fluxo de renda, foram afetados os custos de produção, as aplicações dos capitais excedentes, a continuidade e ritmo do desenvolvimento urbano e a circulação monetária, além de fomentar uma “febre de iniciativas”, evidenciando a realização do “espírito burguês” com certa desenvoltura por parte dos senhores rurais. Mesmo assim, não o faziam plenamente, pois eram tolhidos por nexos de dependência econômicos, morais e políticos. Com a expansão do mercado interno há a tendência do crescimento econômico autosustentado, mas sem romper com “todos os liames ou entraves que nasciam de um entrosamento congenialmente heteronômico ao mercado externo de capitais e ao sistema internacional de poder.” (FERNANDES 2005: 102-106). Portanto, a autonomização política não foi seguida da autonomização econômica. É por isso que no Brasil o surgimento do capitalismo não se dá com o sepultamento da velha estrutura colonial, mas sim se desenvolve um paralelismo orgânico e estrutural entre os setores velho e novo.

É por vislumbrar tantas transformações que Florestan carrega de importância o momento histórico da Independência do Brasil, vendo-o como uma revolução social. E é vendo as características qualitativas dessas transformações que ele chama de transição neocolonial à primeira etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil (emergência e expansão do mercado capitalista moderno).

Já a emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do

desenvolvimento capitalista no Brasil e que se dá entre meados do séc. XIX e aproximadamente 1950, é marcada pela reorganização do trabalho urbano e por pressões dinâmicas do mercado mundial que impunham uma nova transição. O nível de produtividade do café, o esquema comercial de exportações e importações e os interesses de nações industrializadas em intervir na reorganização institucional de um país continental como o Brasil, permitiram ao país flexibilidade para a expansão do capitalismo competitivo internamente (FERNANDES, 1976: 232-233).

Entre o último quartel do século XIX e a Primeira Guerra Mundial o mercado nacional transfigura-se por completo, capaz de operar cada vez mais como agente de intensificação da vida econômica e de impulsionar a produção manufatureira e a industrialização, além de engendrar uma formação societária fundada nas relações competitivas e tornar-se fonte legítima de classificação social. Mesmo diante dessa expansão, contudo, a economia nacional redefine e fortalece os laços de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado (FERNANDES, 1976: 138-140).

Isso porque na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos via empresas e interesses privados, internamente se ignorava as consequências desses controles. Surtos de crescimento faziam parecer possível conciliar interesses internos e externos. No fim desse segundo período de evolução do desenvolvimento (início dos anos 1950), o capitalismo nacional continuava a ser muito pouco brasileiro.

De um lado, o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que estava em jogo não era o desenvolvimento capitalista em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias ao processo de incorporação em cursos; eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas (FERNANDES, 1976: 236).

Nesse momento as influências externas atingem, pela incorporação direta de algumas fases e processos básicos do crescimento econômico e desenvolvimento sócio-cultural, todas as esferas da economia. Isto é, a dominação externa torna-se imperialista, faz surgir e consolidar-se uma burguesia complacente e o capitalismo dependente surge como realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1973: 16-18).

Dessa forma, a industrialização e o desenvolvimento capitalista nesse segundo momento no Brasil, davam-se pela adaptação e absorção positiva das

pressões impostas pelas economias hegemônicas, levando à associação com interesses e firmas estrangeiras e reduzindo os mecanismos internos de auto-controle e defesa. Não à toa, as partes essenciais da economia nacional competitiva transformaram-se em nichos estratégicos das empresas e dos interesses dos países centrais, com vantagens em relação às empresas estatais e às poucas grandes nacionais privadas. Portanto, esse padrão de desenvolvimento não resolve o problema da dupla articulação, para que se continue servindo a interesses estranhos à Nação.

(...) Os analistas da história econômica da América Latina que tentaram explicar o desenlace negativo em que culmina a transformação capitalista, sob situação competitiva, como se os empresários nacionais pudessem ter impedido tal desenlace, mantidas as condições existentes, ou exageram as potencialidades econômicas desses empresários, ou ignoram a natureza do desenvolvimento econômico (e de sua aceleração) sob o capitalismo competitivo dependente (FERNANDES, 1976: 249).

As vantagens e aceitabilidade acima apontadas que os interesses estrangeiros tinham no país permitem que, diante da crise do capitalismo capitalista, eles controlem ou influenciem muito a transição interna para o capitalismo monopolista. A emergência e a expansão do capitalismo monopolista se dão após 1950, com grande destaque para os governos militares (pós 1964). A decisão externa¹⁵ de converter o Brasil numa economia monopolista dependente¹⁶ e interna¹⁷ de levar a cabo isso tornam o país um pólo dinâmico do capitalismo

¹⁵ De um lado, a “decisão externa” de converter o Brasil numa economia capitalista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócios de alocar no Brasil um volume de recursos suficiente para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento intrínsecos à grande corporação (FERNANDES, 1976, p 256).

¹⁶ Esse terceiro período do desenvolvimento capitalista brasileiro deve ser visto levando-se em consideração o fim da Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que acirra a necessidade de controle (principalmente dos EUA) do maior número possível de países, ainda mais de tamanho e importância como o Brasil.

¹⁷ A “decisão interna” cristaliza-se aos poucos, depois da Revolução de 1930; fixa-se de maneira vacilante, a princípio, em favor do impulso externo como a única solução no fim da década de 50 e, por fim, quando surge a oportunidade crucial (o que se dá só de 1964 em diante), ela se converte no principal dínamo político de todo o processo. (...) A base da “decisão interna” não é somente econômica. (...) ela envolve duas ilusões principais: 1.º) que a transição descrita tornaria possível resolver, através do capitalismo e dentro da ordem, os problemas econômicos, sociais e políticos herdados do período colonial e que surgiram ou se agravaram graças ao impasse criado pelo capitalismo competitivo dependente e pelo subdesenvolvimento; 2.º) que a depressão do poder econômico (com suas implicações políticas) da iniciativa privada interna e do Estado seria transitória, pois a transição descrita diluiria por sim mesma, dentro de um prazo relativamente curto, tanto as desvantagens do desenvolvimento capitalista dependente quanto às desvantagens da brusca elevação da influência estrangeira (FERNANDES, 1976: 258-259).

monopolista na periferia. O Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses da classe que ele representa.

Assim, o capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo seu próprio caminho e destruindo estruturas arcaicas e/ou obsoletas. Mas vem de fora e preserva essas estruturas. Dito de outra forma, o capitalismo monopolista, para se desenvolver na periferia tem de satelizar formas econômicas que permitam o desenvolvimento da economia competitiva, isto é, fontes de acumulação originária de capital, de onde se extrai o excedente que financia a modernização.

A drenagem de recursos para o exterior se faz, agora, sob o efeito de bola de neve, atingindo e se apoderando do Estado e da iniciativa privada interna. É a fase que Florestan denomina de imperialismo total¹⁸ (FERNANDES, 1976: 273-4). Diferentemente do período anterior, em que havia um imperialismo mais restrito, agora a dominação externa se organiza a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, controlando desde o consumo de massa até a educação e a transplantação maciça de tecnologia. Dessa maneira esgotam-se as possibilidades dessa economia dependente sobrepujar o subdesenvolvimento, uma vez que o mesmo é explorado por interesses tanto externos quanto internos (FERNANDES, 1973: 18-19).

A dominação externa produz uma especialização geral da nação como fonte de excedente econômico e acumulação de capital para as nações avançadas, produzindo: concentração de renda e prestígio nos estratos estratégicos à dominação externa, coexistência necessária e interdependente de estruturas econômicas, sociais e políticas de diferentes épocas históricas e exclusão de ampla parcela da população nacional da ordem econômica¹⁹ (FERNANDES, 1973: 20).

(...) Chegou-se, pois, a um ponto em que a articulação no plano internacional tende a esgotar todos os limites. Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte americana é bom para o Brasil” (e assim por diante). Só que nunca se estabelecerão as diferenças entre a economia norte americana (ou as outras economias capitalistas centrais) e a economia brasileira (FERNANDES,

¹⁸ Apesar de fazê-lo por um enfoque bem distinto do de Florestan Fernandes, pontua-se aqui que FIORI (2005; 2007) e TAVARES & FIORI (1998) apresentam, grosso modo, uma análise bastante interessante sobre a consolidação dos EUA como um “império mundial”, bem como, o mesmo ainda se encontra longe do colapso de seu poder.

¹⁹ HARVEY (2005) vê o imperialismo capitalista como uma junção da lógica territorial (política do Estado e império) com a lógica capitalista (processos de acumulação no espaço e no tempo). Ademais, demonstra como se dá a ascensão do poderio norte-americano e, também, a necessidade que o modo de produção capitalista tem de perpetuar formas pretéritas de exploração ou, parecidas com o que foram típicas do período da acumulação primitiva de capital (o que ele chama de acumulação via espoliação).

1976: 274).

Pelo exposto, fica claro que Florestan contrapõe interpretações dualistas rígidas. Para ele, formas de produção heterogêneas e anacrônicas são exatamente os pilares sobre os quais repousam o poder de manobra da burguesia nacional, a drenagem de recursos (para o exterior, do campo para a cidade, do trabalho para o capital) e a capacidade de resposta a movimentos internacionais. Ou seja, a relativa estabilidade e o cálculo capitalista da burguesia nacional, onipotente internamente (para impor sua vontade ao conjunto da população) e impotente para superar a subordinação, se dá graças a essa capacidade de explorar ao máximo os fatores econômicos disponíveis internamente. Daí a superexploração da força de trabalho e a dilapidação do meio ambiente como contingências históricas do desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 1981: 63-66).

(...) as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem. Elas vêem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidade de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizar a história como uma eterna façanha de dependência (FERNANDES, 1981: 101).

Pelo exposto, sumariza-se a tese de Florestan Fernandes acerca da revolução burguesa atrasada e do desenvolvimento capitalista brasileiro, consolidada no início dos anos 1970. Ou seja, o desenvolvimento capitalista brasileiro é, em realidade, o desenvolvimento do capitalismo dependente, cuja revolução burguesa é específica (atrasada). Isso torna perene e funcional ao processo de acumulação em âmbito global e à autonomia da burguesia nacional (portanto, impossível superação autômata nos marcos do capitalismo), a dupla articulação entre os setores “atrasado” e “moderno”, a superexploração da força de trabalho, a concentração social da renda, a dilapidação do meio ambiente, os laços de dependência e a articulação subalterna com o imperialismo.

A manutenção dessas características transforma-se em *míster* do funcionamento do capitalismo dependente. O processo de revolução burguesa transforma-se num processo de contra revolução permanente. Trava-se a possibilidade de alçamento do Brasil Colônia de ontem ao Brasil Nação de amanhã nos marcos do capitalismo. Mesmo aniversariando em quase meio século e antecedendo as intensas transformações porque passou o capitalismo nas últimas décadas essa análise de Florestan permite uma compreensão das características e dos limites do capitalismo brasileiro na atualidade.

Considerações finais: contribuições de Florestan Fernandes à compreensão do capitalismo contemporâneo brasileiro.

No livro “O Capital”, obra mais conhecida de Karl Marx (1984), ele deixa claro que no modo de produção capitalista há uma especificidade, qual seja, o processo de trabalho constituindo ao mesmo tempo processo de produção e de valorização do capital. A fórmula D-M-D’ resume sinteticamente isso: a posse de dinheiro permitindo a compra de mercadorias (meios de produção e força de trabalho) para produzir uma mercadoria com mais valor que, após realizada, retorna ao proprietário do capital sob a forma de mais dinheiro. A busca de mais dinheiro via investimento para concomitante produção e valorização passam a ser o *modus operandi* do capitalismo, promordialmente com a Revolução Industrial, instrumento essencial para a subjugação real do trabalhador aos requisitos de reprodução do capital.

Apesar de historicamente situado em meados do século XIX, Marx percebeu duas outras tendências ou, melhor dizendo, duas outras maneiras de valorização: o capital portador de juros e o capital fictício. Em ambos os casos o dinheiro transforma-se, ele mesmo, em capital, encurtando assim a fórmula D-M-D’ para algo distinto: D-D’. Isto significa a possibilidade, para o detentor do dinheiro, agora como capital, de valorização sem passar diretamente pela esfera produtiva. Todavia, demarca-se uma distinção. Enquanto o capital portador de juros, para realizar o processo D-D’ está imbricado ao processo de produção e se constitui em uma parcela do lucro do capitalista produtivo, o capital fictício não. Isto é, o capital portador de juros depende do que ocorre no processo produtivo afim de que se valorize, enquanto o capital fictício pode valorizar-se apenas através de movimentos especulativos sobre seus preços, independentemente do que ocorre na esfera produtiva.

É essa percepção que dá respaldo a maioria das teorias mais consistentes sobre o que hoje convencionou-se chamar “capitalismo financeiro”, “capitalismo liderado/dirigido pelas finanças”, “financeirização”, etc. Um movimento intensificado nos anos 70 do século XX de grande crescimento do capital fictício devido à desregulamentação e liberalização financeira, avanço da informática e comunicações. Enfim, uma mudança qualitativa no modo de produção capitalista em que as finanças passam a ditar o ritmo de acumulação do capital, bem como, evidenciar suas contradições pelo acirramento das bolhas especulativas, dos riscos de crises sistêmicas e os respaldos que isso tem sobre a “economia real”.

As grandes corporações não apenas tiveram que adaptar seu setor produtivo de modo a garantir ritmos e taxas de lucro o mais próximos possível do capital financeiro, mas também desenvolveram braços ligados ao sistema financeiro, de modo que uma separação radical entre setor produtivo e financeiro como antagônicos torna-se bastante complicado. Isso reflete nas condições de

trabalho, aumento dos níveis de desemprego, obsolescência pré-programada dos produtos, enfim, uma adequação da esfera produtiva aos ditames do novo ritmo de acumulação.

Guttmann (2008), por exemplo, ressalta uma distinção entre capitalismo dirigido pelo Estado e capitalismo dirigido pelas finanças. Grealmente se tem o período compreendido entre o pós Segunda Guerra e meados dos anos 70 como um marco distinto, com grande intervenção do Estado, altas taxas de lucro e ao mesmo tempo maior poder de barganha por parte dos trabalhadores. Esse período teria se encerrado com a crise dos anos 70 e a sua recuperação por políticas que são mais conhecidas como neoliberais, o que permitiu pela característica desregulamentação e liberalização, o desenvolvimento do capitalismo financeiro ou liderado pelas finanças.

Quando se faz essa leitura, a impressão que se tem é de uma transformação profunda não apenas no padrão de acumulação, mas no modo de produção em geral. Ou, é como se o problema não fosse a existência da relação capital em si, mas as transfigurações que essa relação sofreu a partir dos anos 70.

Cabe lembrar que o período dos “30 anos gloriosos” foi realmente marcado por maior intervenção do Estado e poder de barganha dos trabalhadores. Todavia, é preciso levar-se em conta que esse era um período de recuperação e reconstrução pós grande destruição de guerra, que deixou milhares de mortos e incapacitados e que necessitava de planejamento público para garantir maiores taxas de lucros. Visto dessa maneira, o crescimento econômico, o maior poder de barganha dos trabalhadores, a intervenção do Estado e maiores taxas de lucro desse período não são afrontes, mas sim, funcionais e necessários ao regime de acumulação daquele período. Em outras palavras, o Estado não contrapunha o capital (o que não é sua função (MARX, 2010)), mas sua atuação mais firme garantia a recuperação e reprodução desse sistema.

Desde a constituição plena do capitalismo as crises são frequentes, pois inerentes a esse sistema. Para Mandel (1990), por exemplo, a crise dos anos 70 é uma crise clássica de superprodução, com típica queda na taxa média de lucros. Desde então o capital vem rompendo as amarras estabelecidas nos acordos de Bretton Woods, contando com o apoio de Estados capitalistas centrais para a liberalização, desregulamentação e privatização, entrando o modo de produção capitalista numa nova fase, específica, que Chesnais (1995) vai denominar *mundialização do capital*. Essa denominação faz contraponto à idéia de globalização, que traz muitas vezes consigo a falsa crença num movimento homogeneizador e integralizante entre nações e povos. Muito pelo contrário, a partir dos anos 70 ressurgem com mais força problemas que o capitalismo parecia ter eliminado/diminuído, como desemprego (passa a ser estrutural), precarização do trabalho e miséria (CHOSSUDOVSKY, 1999).

A citação de José Paulo Netto (2008), auxilia a desmistificar o caráter

homogeneizante do período pós anos 70:

Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da terra, não chegam a 5% renda total. Considerado, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do apartheid global se estampam com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem apenas de 0,5% do rendimento mundial, enquanto os mais ricos dispõem de 79%. Basta para isso pensar que um único banco de investimento, o Goldman Sachs, divide anualmente o seu lucro de US\$ 2,5 bilhões de dólares entre 161 pessoas, enquanto um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem de sustentar 25 milhões de habitantes. A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas.

Portanto, é a partir dos anos 70 que as políticas econômicas do ideário neoliberal se colocam de maneira cada vez mais proeminente como meio de reverter os efeitos deletérios da crise dos anos 70 sobre as taxas de lucro. Por certo, essas transformações tiveram impactos profundos no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, quando o Consenso de Washington impõe ao país a reprodução distorcida e aprofundada das políticas econômicas e do ideário típicos do neoliberalismo.

Cumprindo as exigências imediatas de valorização do grande capital, assistiu-se aqui a partir de então um processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho, de desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e de privatização do patrimônio estatal. Tais mudanças além de não reverterem a longa onda recessiva, com taxas de crescimento medíocres, penalizaram fortemente os trabalhadores, com aumento do desemprego, da exploração, da concentração social da renda e da precarização das relações de trabalho. Isso em âmbito global, mas com maior intensidade em países periféricos, como o Brasil. Esse quadro vem se desenhando, alargando e consolidando desde os anos 90, sem movimentos de ruptura, por mais que alguns tomem pequenas oscilações como transformações estruturais.

Assiste-se assim a um acirramento das expressões da “questão social” no país (NETTO, 2010), ao mesmo tempo em que o Estado prioriza, nessa “Nova Ordem” (MARQUES, 2010), mecanismos de sustentação dos lucros do “capitalismo financeiro”. A crise de 2008, fruto do sucesso da acumulação sob a égide do capital financeiro e cujos efeitos ainda se fazem sentir, tende a agravar ainda mais esse quadro. Reforçam-se os mecanismos de entrelaçamento subordinado com o imperialismo, acirra-se o desemprego, a miséria e a desigualdade no país, prioriza-se cada vez mais a remuneração do grande capital em detrimento de qualquer projeto de desenvolvimento que alcem o Brasil à Nação, no sentido que Florestan

Fernandes dá ao termo. Daí a contemporaneidade e relevância analítica do autor.

O capitalismo dependente não se apresenta para ele como uma economia embuída de setores arcaicos cuja eliminação resolveria os problemas de dependência e, nem faz uma análise idealista de etapas a serem cumpridas para que o país seja “verdadeiramente capitalista”. Para ele, a eclosão do mercado capitalista moderno, a expansão do capitalismo competitivo e a irrupção do capitalismo monopolista são as três fases da natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Por isso, considerado em termos das motivações e dos alvos coletivos dos estamentos dominantes (sob o regime de trabalho escravo), ou das classes dominantes (sob o regime de trabalho livre), em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos de dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 1976: 222).

Portanto, a heterogeneidade estrutural permite a reprodução dos mecanismos de acumulação primitiva e impede que o capitalismo dependente seja pensado como impulsionado pela contradição entre progressiva socialização das forças produtivas e apropriação privada dos meios de produção. Sem condições para determinar em bases puramente econômicas sua autonomia real, qualquer problema econômico converte-se em matéria política.

E como há uma profunda assimetria na relação capital trabalho, forma-se no Brasil um padrão compósito de hegemonia burguesa, isto é, uma burguesia incapaz de levar às últimas consequências as utopias de que são portadoras. Por mais que se dividam em conservadores e modernizadores, em nenhum momento o que se questiona por essa burguesia é a eliminação do subdesenvolvimento ou a superação da dependência, mas simplesmente o ritmo de modernização, o grau de subdesenvolvimento e a intensidade dos laços de dependência. Ademais, como têm seu poder pautado na dualidade estrutural viabilizada pelo controle político de um Estado que viabiliza a concorrência entre o atrasado e o moderno e que intermedia as relações com os centros capitalistas, é uma burguesia totalmente avessa à emergência do povo no cenário político, ou seja, ao conflito como instrumento legítimo da luta de classes. Isso se reflete na constituição de uma classe trabalhadora desarticulada enquanto classe em si e para si, que vê no assalariamento um meio de integração econômica e classificação social. Em outras palavras, a luta de classes fica fechada em um círculo vicioso de ferro, sem corrigir as mazelas do subdesenvolvimento (SAMPAIO JR, 1999a: 144-152).

A análise de Florestan encerra, desde o início do processo de dependência até a contemporaneidade, bastante lucidez e coesão. Deixa-se de pensar o Brasil como passível de resolver seus problemas pelo simples desenrolar “natural” da história ou, abandona-se a visão de que o grande problema nacional é a falta de um desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, o autor demonstra a especificidade do desenvolvimento capitalista dependente, levado a cabo por uma revolução burguesa atrasada.

Por mais que suas obras sejam pautadas em períodos pretéritos à mudança observada no padrão de acumulação após a crise dos anos 1970, pode-se lançar luz sobre a atualidade. Todas as mudanças quantitativas e qualitativas observadas desde meados dos anos 1970, que podem ser resumidas ao que alguns autores chamam de neoliberalismo e o concomitante movimento de financeirização (e que se constituem no Brasil de maneira mais proeminente nos anos 1990), não são forças tendenciais de interrupção do círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Um olhar para o Brasil nas últimas décadas, permite vislumbrar a permanência desses traços típicos da formação de um capitalismo dependente e de um processo de revolução burguesa atrasada. A dualidade estrutural que permite a transferência de renda (de dentro para fora, do trabalho para o capital, do campo para a cidade), a superexploração da força de trabalho e a dilapidação dos recursos naturais são cada vez mais visíveis. Não só isso, mas por serem mecanismos inerentes e funcionais a essa economia, tais mazelas tendem a se aprofundar ainda mais com o desenvolvimento do capitalismo financeiro e diante de crises como essa.

Com a dominância desse novo padrão de acumulação, a burguesia nacional torna-se ainda mais impotente diante dos interesses estrangeiros e, portanto, mais onipotente para preservar seu poder internamente. Isto é, a burguesia nacional não prescinde, mas necessita a todo custo ampliar a superexploração da força de trabalho, a dilapidação do meio ambiente, a transferência de recursos e a aversão (repressão recorrentemente violenta) a movimentos reivindicatórios típicos da luta de classes no capitalismo.

Isso põe em xeque as teses neo-desenvolvimentistas para solução dos problemas nacionais. Seja via social-desenvolvimentismo, que tem grande preocupação com a distribuição de renda e com o consumo de massa, mas praticamente nenhuma com a questão nacional. Seja via novo-desenvolvimentismo, que acredita na ampliação das exportações (principalmente de *commodities*) e em uma política macroeconômica “adequada” como meio de sanar as restrições externas e viabilizar o desenvolvimento. Em ambos os casos, se pensarmos a partir da tese de Florestan, o que se reforça são os interesses estrangeiros articulados como os de uma burguesia nacional, os laços de dependência e o subdesenvolvimento.

A associação disso com a perversa articulação de mecanismos de repressão aos pobres com ogeriza à luta de classes e minimização dos programas de

combate à pobreza, colocamo-nos diante de um imperativo histórico. Esgotado o poder civilizatório do capitalismo, mormente na periferia, e dada a tendência de acirramento das contradições e das expressões da “questão social”, balançamos entre um projeto real e efetivo de civilização (socialismo) ou a barbárie (NETTO, 2010; SAMPAIO JR, 1999a).

Em consonância com Florestan Fernandes, a história não é estática e nem se encerra com o capitalismo. Por mais que sejam alijados de acesso ao poder político e dos instrumentos regulares da luta de classes, a crescente parcela da população insatisfeita com o capitalismo dependente move-se no subterrâneo desse sistema e intensifica a possibilidade de um amplo movimento político capaz de congrega a força social necessária para alavancar uma ruptura com esse círculo vicioso de dependência e subdesenvolvimento.

Se essa articulação ocorrerá, se conseguirá sair do subterrâneo e os rumos que darão, caso o saiam, é uma questão que permanece em aberto, mas cuja resposta tem maior chance de ser acertada se houver compreensão do que é o modo de produção capitalista e de como o mesmo se desenvolve e se movimenta no Brasil. E, inegavelmente, Florestan Fernandes tem papel de grande auxílio nessa tarefa, já que revela-se cada vez mais coerente a impossibilidade de um Brasil Nação nos marcos do capitalismo.

Referências Bibliográficas

- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século.. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, Unicamp, n.5, dez/1995.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- DONGHI, T. H. *História da América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- _____. Prefácio. In: PRADO JR, C. *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

- _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- GUTTMANN, R. Uma Introdução ao Capitalismo Dirigido pelas Finanças. *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 82, novembro, 2008.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MARQUES, R. M.. O regime de acumulação sob a dominância financeira e a Nova Ordem no Brasil. In: MARQUES & FERREIRA (orgs.). *O Brasil sob a nova ordem. A economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARX, K. *O Capital*. Livro I, Volume II e Livro III, Seção Quinta. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MOTA, C. G. & NOVAIS, F. A. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986.
- NETTO, J. P. Abertura da conferência. In: *Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais*. Salvador, BA, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/jose_paulo_netto.pdf>
- _____. Uma face contemporânea da barbárie. In: *III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”*. Serpa, 2010.
- NOVAIS, F. A. *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6.ed. São Paulo, Hucitec, 1995.
- PAIVA, C. Á. N. *Capitalismo Dependente e (Contra) Revolução Burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado), Campinas, IE-UNICAMP, 1991.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- _____. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. *Notas introdutórias à lógica dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- SAMPAIO JR, P. S. A. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 199 a.
- _____. O impasse da “Formação Nacional”. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes, 1999b.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.